



1 **4ª Ata da Reunião Extraordinária do CMS** – Ao quarto dia do mês de fevereiro de dois mil e  
2 vinte e dois às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino  
3 Taques, 445, Centro, e via on-line através da plataforma Skype, presentes os Conselheiros  
4 Titulares: Renata Moraes, Charles Renan Pinto Aurélio, Inês Chuy Lopes, Fabiana Bucholdz  
5 Teixeira Alves, Regina Rosa Pedrosa Rosa, José dos Passos Neto, Ana Ligia Braguetto,  
6 Rosedete Rossetim Pinto, Cleverson Deocleciano de Toledo, Jefferson Leandro Gomes  
7 Palhão, Isabel Sens Fadel Gobbo, Sueli Terezinha Mensen, Ana Caetano Pinto, Adriane do  
8 Rocio Lopes, Gizelle Aparecida Cheremeta, José Timóteo Vasconcellos Sobrinho e Maria  
9 Albertina de Miranda Soares. Conselheiros Suplentes: Maria Aparecida da Costa Silva,  
10 Debora Lee Comassetto Machado e Carolina Moreira Justo. O Presidente Jefferson Gomes  
11 Palhão abre à reunião às 18 horas e 40 minutos saudando todos os presentes. A Conselheira  
12 Isabela Sens Fadel Gobbo fala que já foi finalizada a análise do RAG, em uma reunião que foi  
13 realizada no dia 03 de março de 2022, onde teriam sido realizadas quatro ou cinco reuniões a  
14 respeito do RAG, foram feitas várias solicitações de documentos, apontamentos, dúvidas que  
15 ocorreram durante a análise, tudo será encaminhado via SEI, provavelmente, será marcada  
16 mais uma reunião para que possa ser debatida a questão do RAG, tendo toda a  
17 documentação já em mãos, foi solicitada a presença do contador, fala que ainda não teve  
18 acesso ao escritório, pede para a Mesa comentar o que já foi disponibilizado, foi comentado que  
19 havia sido disponibilizado o contador do setor da Fazenda Pública da Prefeitura, para que  
20 possam tirar dúvidas, foi disponibilizada uma contratação própria pro CMS, diferente do que  
21 havia sido solicitado, porém possui em mãos, um fácil acesso a dois profissionais da área que  
22 possam vir também para esclarecer dúvidas, na próxima reunião, será debatido a respeito do  
23 RAG, ainda não foi definida uma data certa, depois do debate sobre o RAG, tendo o Plano  
24 Municipal e o Pruri - Anual aprovado terá um debate sobre o PAS, pede a participação da  
25 Comissão nas reuniões. O Presidente Jefferson Gomes Palhão faz a leitura da Pauta: **1.1.**  
26 **Apresentação do Novo Plano Municipal de Saúde de Ponta Grossa de 2022 á 2025.** A  
27 Senhora Alexandra Louise Lopes da Fundação Municipal de Saúde (FMS) explana referente  
28 do Novo Plano Municipal de Saúde, fala que foi realizada uma reunião com o Conselho  
29 Municipal de Saúde (CMS), para a realização de novas metas para incluir no novo Plano,  
30 conforme as vistas que foram apresentadas, foram incluídas no Plano essas novas metas,  
31 onde já foi encaminhado o Novo Plano para o Conselho com todas as alterações já feitas, as  
32 metas já foram colocadas dentro dos eixos que são representadas, ao todo são 19 metas. A  
33 meta 08 já existia, houve apenas uma alteração no texto, ampliar o número de salas de  
34 vacina nas UBS (Unidades Básicas de Saúde), com territorialização e acessibilidade (nº total  
35 do município). Ainda dentro da Atenção Primária, foi colocada a meta 23, realizar ações de  
36 atendimento diferenciado com foco na população quilombola, cadastrado, dentro das linhas  
37 de cuidado, 06 ações por ano. Meta 24, buscar parcerias para fomentar ações de fisioterapia  
38 da comunidade quilombola, 06 por ano. Meta 25, sensibilizar a rede de atendimento á saúde  
39 da mulher com relação às violências (com vistas a integrar a rede de atendimento), 04 ações  
40 por ano. Meta 26, implantar ações alusivas á saúde do homem na Atenção Primária, 04 por  
41 ano. Meta 27, realizar o cadastramento da população do assentamento Emiliano Zapata, com  
42 vínculo na Unidade de Saúde Cleon de Macedo, 100%. Meta 28, realizar ações de  
43 atendimento diferenciado com foco na população cadastrada do assentamento dentro das  
44 linhas de cuidado, 04 por ano. Na Rede de Urgência e Emergência, meta 67, viabilizar uma  
45 segunda porta de atendimento infantil 24 horas, 01 para o ano de 2023. No Fortalecimento de  
46 Política de Saúde Mental, meta 74, ampliar ações de matriciamento em Saúde Mental nas  
47 Unidades de Saúde e Urgência ou Emergência. Meta 78, ampliar a capacidade de  
48 atendimento individual de psicologia no Ambulatório de Saúde Mental, não houve alteração na  
49 meta, mas sim nos indicadores. Meta 87, realizar ações de saúde mental na atenção primária,  
50 12 por ano. Meta 88, realizar reuniões trimestrais do Comitê Municipal Intersetorial de Saúde  
51 Mental, 04 por ano. Meta 89, articular intersetorialmente a inclusão de usuários da Saúde  
52 Mental no mercado de trabalho formal, 04 por ano. Meta 90, fomentar a capacitação em



53 cursos de economia sanitária para usuários de Saúde Mental, 04 por ano. Viabilizar a  
54 capacitação e recursos para a implantação do CAPS III municipal. No Núcleo de Informações  
55 Estratégicas em Saúde, Meta 95, informatizar as salas de vacina com o agendamento de  
56 calendário nacional de vacinação (nº de salas), 03 por ano. Meta 106, normatizar e publicizar  
57 o Transporte Sanitário considerando o protocolo da TFD, nos serviços da Fundação Municipal  
58 de Saúde, 01 por ano. Meta 107, atualizar o Decreto que regulamenta o fluxo e utilização do  
59 transporte para pacientes “Tratamento Fora Domicílio - TFD”, selecionando o tipo de veículo,  
60 de acordo com a avaliação clínica, conforme protocolo já instituído, bem como a oferta de  
61 mais horários de saída, 01 no primeiro ano. Na Gerência de Administrativo Financeiro, na  
62 meta 118, seria somente uma inclusão de texto, ficaria realizar a revisão dos contratos  
63 vigentes (gestor, fiscal, vencimento, objeto), bem como as formas de contratação,  
64 considerando as alterações da legislação que trata de licitações de mais modalidades de  
65 contratação, visando aprimorar o controle informatizado. Foi solicitado, porque as  
66 modalidades de licitação, conforme a nova lei nº 14.333 acabaram sendo alteradas, extinguiu-  
67 se os tipos de modalidade de licitação por ter que serem alterados os próximos contratos que  
68 eles tem vigentes. Meta 123, realizar a qualificação e publicitação de editais de serviços de  
69 organizações sociais, conforme Decreto nº 19.497, de 06/10/2021, 03 por ano. O Plano já foi  
70 enviado pro CMS atualizado, a nova numeração foi feita ao lado, já estando mais vigente,  
71 totalizando 168 Metas. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta pergunta onde ficou  
72 incluso o pedido sobre colocar um membro do CMS para a especialização dos contratos. A  
73 Senhora Alexandra Louise Lopes fala que esse pedido não uma proposta de meta, fala que  
74 será encaminhado um ofício, é tramitação de rotina da FMS. A Conselheira Isabela Sens  
75 Fadel Gobbo fala referente aos Editais das OS, seriam Editais semelhantes a esse que está  
76 em vigência, sendo Edital de Credenciamento para poder identificar, fala que não sabe qual é  
77 o procedimento posterior da OS, o que vem surgindo, é que a idéia dessas Organizações  
78 Sociais seja contratada para substituir certos serviços dentro do Setor Público, a partir disso  
79 teria o remanejamento da vaga dos concursados, para outros setores da Saúde, fala que  
80 queria entender o que estaria sendo aprovado se é apenas um cadastramento, por não ter a  
81 possibilidade de efetivar um “convênio” com a OSS que vai realizar esse serviço, ou se seria  
82 de imediato esse “convênio”. A Sra. Regina Woloch fala que a proposta da FMS é tentar  
83 migrar os contratos de Prestação de Serviço com as empresas com fins lucrativos, para o  
84 contrato de Gestão com a OS sem fins lucrativos, porém, antes de haver qualquer contrato de  
85 Gestão, as empresas terão que ser qualificadas, foi aberto um Edital para qualificação, onde  
86 já estão vindo propostas de diversas empresas de diversos locais, acredita-se que dentro de  
87 duas semanas, se inicie o trabalho de Comissão de qualificação para analisar essa  
88 documentação, sendo uma documentação simples (objeto social, residência do estatuto,  
89 regularidade fiscal e etc.), credencia no município como OSS, foi enviado um estudo que  
90 estão fazendo, para que já possa ser feito o termo de referência, foi feto um ofício, onde diz  
91 que se trata de uma minuta capenga, porque ainda estão montando o termo de referencia, a  
92 ideia é incluir tudo aquilo que seja de experiências boas que os outros municípios tenham  
93 nessa área. A Vice-Presidente Adriane do Rocio Lopes fala que na reunião que já tiveram  
94 antes dessa, fala que o que foi combinado com o Dr. Rodrigo Manjabosco, que seriam feitas  
95 inserções apenas dos apontamentos feitos pela Conselheira Gizelle no novo PPA (Plano Pluri  
96 Anual) e no término da reunião, a Senhora Alexandra falou sobre a inserção das OSS no  
97 Novo PPA, foi falado pra ela que isso não constava no que foi reprovado, e que não estava no  
98 combinado, foi combinado apenas isso, pelo fato do Dr. Rodrigo Manjabosco não poderia  
99 atender se entrasse alguma demanda para o Novo Plano, foi falado, para a Senhora  
100 Alexandra Louise Lopes que não era pra ser feita essa inclusão sobre o assunto, era para ser  
101 enviado o Novo Plano para o CMS, em destaque com as inserções que já tinham sido  
102 debatido, o assunto a respeito das OSS, não foi tramitado pelo CMS, não foram debatidos, o  
103 que está sendo debatido nesta reunião é a Apresentação do Novo Plano Municipal de Saúde,  
104 mas sem a inserção das OSS. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta fala que o



105 questionamento da Sr<sup>a</sup> Regina Woloch é que se não estiver no Plano, como a Prefeitura vai  
106 analisar um processo que não estava no PPA, fala que foi apresentado o primeiro PPA, que  
107 se fosse aprovado; não estaria constando essa meta no primeiro PPA, fala que só souberam  
108 dessa OSS por terem sido convidados pelo Sindicato onde foram comunicado pelo  
109 questionamento do próprio Sindicato, fala que a Prefeitura não comunicou ao CMS que o  
110 credenciamento estava aberto, fala que não sabiam do conhecimento disso, e que foi o CMS  
111 que chamou uma reunião extraordinária, fala que o CMS não sabia, não estava no primeiro  
112 PPA, e já teriam um plano de por em ação, não entende o motivo de agora estarem  
113 preocupados em colocar isso no Novo Plano, fala que CMS não tem apenas preocupação em  
114 mudar a modalidade de contratação, fala que o CMS tem que pensar também na capacitação  
115 de muitos funcionários que vão sair de uma Unidade Hospitalar para ir para uma Unidade de  
116 Saúde, tendo o exemplo da Unidade de Saúde Sady Silveira Macedo, que os funcionários do  
117 Pronto Socorro que foram transferidos para lá, não sabem alimentar o Sistema de Saúde  
118 Básica, por não terem recebido capacitação, fala também foi feito um credenciamento onde o  
119 CMS não estava ciente, pediram para o município enviar a documentação explicando do que  
120 se tratava a OSS, e como funcionaria, porém nada foi enviado o CMS, nesse novo plano  
121 possuem inserções específicas, que foram debatidas e concluídas, não foi pensando em  
122 incluir nada além do que foi combinado no novo plano, fala que se abrirem uma prerrogativa  
123 para a Secretaria inserir mais algum tema no plano, fala que também quer fazer mais algumas  
124 inserções em outras áreas do plano, e irá começar novamente todo um tumultuo. A  
125 Conselheira Sueli Terezinha Mensen faz uma ponderação referente à apresentação da Sra.  
126 Regina Woloch, aonde foi esclarecida que as OSS seriam capacitadas, por não possuir ainda  
127 pessoas qualificadas para prestar esse tipo de serviço, o CMS recebeu informações da  
128 Câmara Municipal que já passou pela comissão do próprio, e que foi reprovado por veto, e  
129 não retornou para ser debatido para virar lei, fala que espanta ter saído no Diário oficial  
130 através de um Decreto, fala que Decreto tem um prazo, e se não virou Lei, até o dia que os  
131 vereadores questionaram o CMS que não passou para lá nenhum projeto de Lei, fala que  
132 ficaram sabendo através dos vereadores e do Sindicato, estranha muito, querer aprovar uma  
133 coisa que todo mundo desconhece, chegou informação recente de que na Capital, uma OSS  
134 está sobre investigação pela precariedade de serviço, este é o cuidado que o CMS tem, para  
135 que isso não ocorra no município. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta pergunta para  
136 a Sra. Regina Woloch quando será feita a modalidade de contratação na UPA Santa Paula. A  
137 Sra. Regina Woloch fala que indo o Termo de Referência para a aprovação do CMS, do  
138 Termo, abre o Edital, depois de abrir o Edital, dentro de 30 dias espera terminar de acertar a  
139 contratação da UPA e já entram. A Conselheira Sueli Terezinha Mensen pergunta se a OSS  
140 vai ser colocada no Plano. A Sra. Regina Woloch fala que não vai ser colocado no Plano. A  
141 Conselheira Isabela Sens Fadel Gobbo solicita inclusão de pauta de Apreciação e Votação do  
142 Novo Plano Municipal de Saúde de Ponta Grossa de 2022 á 2025. Aprovado a inserção de  
143 pauta, por unanimidade dos presentes. A Vice-Presidente Adriane do Rocio Lopes coloca em  
144 regime de votação o **Novo Plano Municipal de Saúde de Ponta Grossa de 2022 á 2025.**  
145 Aprovado por 19 votos favoráveis. Encerrada a reunião às dezenove horas e dezesseis  
146 minutos.